

Documentação e das Propostas, deve seguir a previsão editalícia. No caso em análise, o julgamento não observa o item 12.3.3. do Edital nº 06/2014.

O art. 3º da Lei 8666/93, traz uma gama de princípios que rege as licitações e contratos administrativos, entre eles, encontramos o da 'ISONOMIA'. Assim, se faz necessário que ocorra o julgamento da Proposta da Empresa Construtora Sinter LTOA ME, uma vez que, só assim, será selecionada a proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Tendo em vista que os vícios existentes não são sanáveis, necessário se faz agir com o determinado no despacho anterior. Com fim, é prudente que se entifique nos autos, se a Resolução Regional nº 08 tem validade ou não.

Sem mais, que seja dado o devido encaminhamento.

Em 13/08/2014

Mércia Silva Souto Maia
Assessora Jurídica
CODEVASF

DOCUMENTAÇÃO RECEBIDA

Em 14/08/14 Hora 3h 22m

Paulse